



UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB)
INSTITUTO DE HUMANIDADES (IH)
BACHARELADO EM HUMANIDADES (BHU)

MARCELO MANUEL DA SILVA BANGUIQUIDI

A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES ANGOLANAS NA LUTA PELA
INDEPENDÊNCIA (1961 – 1975)

ACARAPE/CE

2022



UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB)
INSTITUTO DE HUMANIDADES (IH)
BACHARELADO EM HUMANIDADES (BHU)

MARCELO MANUEL DA SILVA BANGUIQUIDI

A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES ANGOLANAS NA LUTA PELA
INDEPENDÊNCIA (1961 – 1975)

Trabalho de Conclusão de Curso em
formato de projeto do curso de
Bacharelado em Humanidades da
Universidade da Integração Internacional
da Lusofonia Afro-Brasileira, como
requisito parcial à obtenção de título de
Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Subuhana

ACARAPE/CE

2022

MARCELO MANUEL DA SILVA BANGUIQUIDI

A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES ANGOLANAS NA LUTA PELA
INDEPENDÊNCIA (1961 – 1975)

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do curso de Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Humanidades.

Aprovado em: 28 de julho de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Orientador e presidente: Prof. Dr. Carlos Subuhana

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira (UNILAB)

Examinador Interno: Prof. Dr. Luís Tomas Domingos

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira (UNILAB)

Examinado Interno: Profa. Dra. Rosângela Ribeiro da Silva

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira (UNILAB)

SUMÁRIO

Sumário

1.INTRODUÇÃO.....	5
2. JUSTIFICATIVA	7
3. OBJETIVOS	8
3.1 GERAL	8
3.2 ESPECÍFICOS	8
4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	9
4.1 MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA	9
4.2 NACIONALISMO AFRICANO E OS MOVIMENTOS NACIONALISTAS ANGOLANO.....	10
4.2.1 NACIONALISMO AFRICANO	10
4.2.2 OS MOVIMENTOS NACIONALISTAS ANGOLANOS	13
4.3. ORGANIZAÇÕES FEMININAS CRIADAS NO PERÍODO COLONIAL	15
4.4- A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA LUTA DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA.....	17
4.5. DEOLINDA RODRIGUES (LANGIDILA).....	22
5. METODOLOGIA	32
6. CRONOGRAMA	33
7. REREFÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	35

1. INTRODUÇÃO – TEMA E PROBLEMATIZAÇÃO

A história do mundo é marcada por conflitos seja de conquistas, dominação, libertação e/ou demonstração de poder, o que muitos destes eventos tem em comum é a invisibilidade da mulher nessas histórias, pois, quando nos são contadas as personagens heroicas muitas das vezes são sempre as figuras masculina, “as mulheres são as eternas esquecidas na história das guerras e são também as maiores vítimas destes eventos” (COLLING, 2014, p.1).

Ademais, em sociedades extremamente machista face a diversos conflitos, não eram permitidas a participação de mulheres na linha de frente e/ou forças armadas, pois, acreditava-se que a mulher tinha que desempenhar outras funções que espelhavam uma certa segurança para elas como ocupar funções administrativas, cuidar da família, dar apoio aos soldados, da alimentação etc. Entretanto, para muitas mulheres que tiveram a oportunidade de participar, seja direta ou indiretamente na guerra viram as suas histórias sendo invisibilizadas, como foi o caso de países como Angola, Guiné Conacri, Moçambique, Zimbábue, entre outros países africanos, que integraram as mulheres em seus movimentos anti-coloniais, (IMPANTA, p.51) ou a exemplo da Europa na União Soviética na segunda que permitiu e integrou as mulheres em diversos sectores do seu exército, desde a linha da frente no campo de batalha, pilotas de avião etc. Ou seja, “[...], em tempos de paz as mulheres veem sua história dissolvida na história dos homens. E isto é muito mais verdade em tempos de guerra, nos quais os homens ocupam mais ainda o centro da cena e escrevem a história, a história deles”. (COLLING, 2014, p.1).

Deste modo, não deixa de ser diferente no contexto de Angola tal como em alguns países da África, onde a mulher teve um papel importante na luta contra o colonialismo, podendo ocupar diversos espaços nos movimentos que pertenciam, desde as áreas administrativas, até a linha de frente na guerra, como é o caso das “cinco heroínas angolanas, Deolinda Rodrigues [Francisco de Almeida], Lucrecia Paim, Engrácia dos Santos, Irene Cohen, Teresa Afonso, e outras anónimas “que”

personificam a luta das mulheres angolanas¹” (MPLA, 2014 apud CONTE, MUGGE E SCHMITT, 2018), portanto, o que nos chama atenção “são os raros registros [...] que evidenciam a figura da mulher como combatente, líder, sobrevivente ou ativista política durante a guerra de descolonização e a guerra civil” (CONTE, MUGGE e SCHMITT, 2018, p. 2). Apesar dos diversos cargos ou participações feita pelas mulheres no momento da guerra ainda assim é invisibilizada, e pouco se sabe sobre as trajetórias e histórias de vida dessas verdadeiras heroínas.

Segundo Casimiro (2000), como foi possível observar os paradigmas característicos das diversas correntes da historiografia do continente Africano “não consideram nem incorporam a história e as experiências das mulheres”. Apesar de elas terem participado de diversas formas na revolução não só em Angola como também em diversos países do continente Africano ainda se nota a escassez de relatos sobre os seus feitos na revolução.

Em Angola foram três principais movimentos nacionalistas que se destacaram na luta pelo nacionalismo, e os três movimentos integralizaram as mulheres nos seus movimentos, formalizando e criando organizações femininas dentro do movimento, capaz de dar suporte e/ou auxílio nos trabalhos que a revolução enfrentava e como também defender o papel da mulher dentro da revolução, entendendo que a mulher poderia ocupar diversos espaços na revolução.

¹ Joana Mucolo Tchimbende Fronteira, Maria de Lourdes Tyiyeka, Elvira Maria da Conceição “Virinha”, Fernanda Digrinha Delfino “Nandi”, Margarida Isabel Botelho Falcão Paredes.

2. JUSTIFICATIVA

A realização dessa pesquisa é no intuito de somar forças e oferecer uma singela contribuição nas produções existentes sobre a participação da mulher angolana nos conflitos e na história de Angola, ademais, pretendemos a partir de narrativas sobre a luta anticolonial apresentar numa visão mais feminina, visto que, quando se fala de guerra é mais falado numa perspectiva masculina do que propriamente feminina, ou seja, pretendemos através dessa pesquisar abordar sobre a mulher desde a sua integração nos movimentos de libertação de Angola e procurar entender a sua presença/ausência na guerra.

A escolha do tema surgiu enquanto eu fazia uma disciplina no meu terceiro semestre do Bacharelado em Humanidades (BHU), que é “Educação Gênero e Sexualidade” com a professora Jacqueline Da Silva Costa sendo que, através da mesma eu tive o contato com o texto da Jacimara Sousa Santana que tem como tema “A Participação das Mulheres na Luta de Libertação Nacional de Moçambique em Notícias (REVISTA TEMPO 1975-1985)”, onde a autora aborda os feitos realizados por mulheres moçambicanas na era colonial, por exemplo uma das greves que aconteceu em 1947 onde cerca de 7.000 mulheres unidas se recusaram ao cultivo do algodão e a conseqüente queima das sementes (SANTANA, 2009, p. 70). “Outra iniciativa de fundamental importância foi a atuação das mulheres na propaganda de desprestígio do governo colonial perante a população e a divulgação de notícias do neófito movimento nacionalista, a Frente de Libertação [...] de Moçambique [FRELIMO]” (SANTANA, 2009, p. 70). No Artigo a autora citada conta como as mulheres moçambicanas contribuíram para a luta anticolonial, seja ela direta ou indireta.

Portanto, vendo sobre os feitos dessas mulheres guerreiras que contribuíram e/ou deram a sua vida pela libertação do seu povo do jugo colonial, me fez refletir e tentar empregar o mesmo estudo, na realidade angolana, procurando entender, assim, o papel das mulheres na luta “contra a supremacia dos [...] portugueses sobre a sociedade angolana e o controle da vida política angolana pelas autoridades centrais portuguesas”, (CONTE, MUGGE e SCHMITT, 2018, p. 2), visto que ainda existe uma certa invisibilidade quando se trata da história de certas mulheres guerreiras.

3. OBJETIVOS

3.1 GERAL

Investigar de que forma as mulheres angolanas contribuíram, seja direta ou indiretamente, na luta contra o colonialismo.

3.2 ESPECÍFICOS

- a) Descrever o papel da mulher angolana na luta pela independência.
- b) Apresentar o papel e o lugar da mulher nos movimentos de libertação de Angola.
- c) Conhecer as trajetórias e histórias de vida das heroínas cujas as suas histórias foram invisibilizadas.

4-FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As principais questões teóricas deste trabalho são: nacionalismo africano, movimentos de resistência, movimentos de libertação, independência, organizações femininas.

4.1 MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA

O continuo progresso das forças produtivas, a maior necessidade do mercado é a garantia da posse dos mercados, e o aumento da concorrência entre os países capitalistas europeus na procura de mercados, levaram esses países ao aniquilamento dos estados africanos, à conquista dos territórios africanos e à subjugação dos povos africanos. (SERRANO, 2008, p.230).

Nesse capítulo em especial gostaríamos discutir em colaboração com alguns autores sobre a resistência africana, e a partir daí procurar entender quando se inicia esse processo de resistência por partes dos povos africanos, pois, compreendemos que é necessário falarmos primeiro num contexto geral (África) para depois falarmos do contexto específico (Angola).

O continente africano durante muito tempo, ficou sobre o domínio colonial europeu, entretanto, quando se fala desse processo colonial em muitos livros escritos por “europeus” dá-se a impressão que foi um processo pacífico e que não houve resistência por partes dos africanos. O historiador soviético A. B. Davidson, em 1965, fez um apelo aos estudiosos do assunto para que refutassem “as concepções da historiografia europeia tradicional” (DAVIDSON, 1965 *apud* RANGER, 2010).

Os europeus enfrentaram uma enormidade de movimentos de resistência que provocaram e até inventaram por ignorância e medo. Tinham de “obter a vitória final”, e, uma vez obtida, trataram de pôr em ordem o conturbado processo. Escreveram-se livros sobre a chamada “pacificação”; tinha-se a impressão de que, na sua maior parte, os africanos haviam aceito a Pax Colonial com reconhecimento e fez-se caso omissivo de todos os fatos da resistência africana. (RANGER, 2010, p.51).

Segundo Ranger (1993 *apud* PAIVA, 2019), a resistência em África classifica-se em duas partes, que são: Primária e Secundária. As primeiras diriam respeito àquelas iniciativas e reações desenvolvidas durante a expansão colonial. De outro lado, a

'resistência secundária' corresponderia às reações desenvolvidas principalmente no pós-segunda guerra.

Segundo Davidson (1965 *apud* RANGER, 2010), com a invasão dos europeus na África encontraram dois tipos de povos: os que não mostraram resistência e os que resistiram. Sendo assim, os primeiros considerados pacíficos e os segundos sedentos de sangue cujas as suas reações eram vistas como primitivas e irracionais. Entretanto, Davidson observa que:

os defensores da dominação colonial se recusavam a considerar as rebeliões [como] fenômenos organizados. Referiam-nas como reações “primitivas e irracionais”, ou atribuíam-nas à agitação da minoria “sedenta de sangue”. “Recusavam-se a admitir a única interpretação correta – que se tratava de guerras justas de libertação, motivo pelo qual recebiam o apoio da imensa maioria dos africanos.” (DAVIDSON, 1965 *apud* RANGER, 2010, p.52).

Ademais, face a esses desafios os movimentos de resistência começaram a surgir logo a partir dos anos de 1880 alguns com o objetivo de combater algumas políticas específicas na qual estavam sendo submetidas. Pois, Rangel (2010) afirma que os movimentos de resistência africana assumiram um papel importante na história da África, visto que ela prova que os africanos nunca haviam se resignado à pacificação europeia.

4.2 NACIONALISMO AFRICANO E OS MOVIMENTOS NACIONALISTAS ANGOLANOS

4.2.1 NACIONALISMO AFRICANO

Podemos afirmar que, o “nacionalismo é uma corrente de pensamento que valoriza todas as características de uma nação (cultura, a língua, a etnia, origem comum daquele povo), nacionalismo é o sentimento de pertença” (POLITIZE! EXPLICA 15, 2021)². Entretanto, a ideia e o conceito do nacionalismo nascem na Europa a exemplo de Itália e

² O QUE É NACIONALISMO | POLITIZE! EXPLICA 15. Politize. **Youtube**. 30 de jun. de 2021. 7min25s. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=MDCXV8M8hc8&ab_channel=Politize%21. Acesso em: 21 de jun. de 2022.

Alemanha onde “o resultado definitivo dos movimentos nacionalistas foi a criação de Estados Nacionais [próprios]” (OLORUNTIMEHIN, 2010, p.657). Ou seja, na Europa,

o nacionalismo representou, para as comunidades que aceitavam a realidade de identidades culturais e de um passado histórico comuns, a aspiração a uma existência soberana dentro de organizações políticas (Estados) próprias. A luta tinha como objetivo garantir a coincidência entre a nação cultural e a organização de sua vida política como Estado. Conforme demonstram os exemplos grego, italiano e alemão [...]. (OLORUNTIMEHIN, 2010, p.657).

Diferente da Europa o nacionalismo africano³ tal como observa James Coleman

[...] em muitos casos, [...] não se deve ao sentimento de pertencer a uma unidade político-cultural que procura defender-se ou afirmar-se; representa, antes, o esforço desenvolvido por modernistas conscientes de uma realidade racial para criar novas nacionalidades políticas e culturais, a partir das heterogêneas populações englobadas dentro das fronteiras artificiais impostas pelo senhor europeu [...]. (COLEMAN, 1965. p.177. apud OLORUNTIMEHIN, 2010, p.657)

Ou seja, em África, segundo Oloruntimehin (2010, p.658),

o movimento nacionalista seguia curso inverso ao da evolução registrada na Europa. Ao contrário do que se passara naquele continente, o Estado havia sido criado antes que as nações culturais que lhe emprestassem significado de comunidade política tivessem cimentado sua unidade. (OLORUNTIMEHIN, 2010, p.658)

Portanto, podemos afirmar que a gênese do nacionalismo africano vem depois da conferência de Berlim onde se realizou a partilha da África, pois, na mesma conferência

³ Na África, as aspirações dos Estados e dos grupos que, até a eclosão da Primeira Guerra Mundial, combateram contra as potências imperialistas europeias e se esforçaram para impedir o estabelecimento do sistema colonial eram essencialmente as mesmas que animavam os movimentos nacionalistas europeus. No entanto, um dos efeitos da guerra foi consolidar as posições das potências imperialistas frente aos defensores da independência e da soberania africanas. Apesar da fermentação das ideias que contribuíram para minar o sistema imperialista, a dominação colonial tornou-se uma situação de fato, a ponto de certos autores considerarem o período entre as duas guerras como a “idade de ouro” do colonialismo na África. (OLORUNTIMEHIN, 2010, p.657).

a divisão dos africanos não foi feita em detrimento (em volta) de povos do mesmo grupo étnico, mas em função do domínio que o colonizador tinha sobre uma extensão territorial, razão pela qual, “a maior parte das colônias criadas abrigava grupos nacionais cultural e historicamente diferentes, [...]”. (OLORUNTIMEHIN, 2010, p.658).

Entretanto, para os africanos “a situação colonial representava [...] um quadro novo, onde havia que forjar identidades novas que os sustentassem na luta contra as atrocidades da dominação estrangeira” (OLORUNTIMEHIN, 2010, p.658). Contudo, “as fronteiras coloniais que, no mais das vezes, englobavam diversas nações culturais sob uma administração imperial comum foram aceitas tais como eram”. (idem). Pois,

Os territórios das administrações coloniais passaram a constituir, em praticamente todos os casos, a definição territorial daquilo que os africanos começaram a considerar como proto-Estados, em torno dos quais procuravam desenvolver na população um sentimento de pertença com um. (OLORUNTIMEHIN, 2010, p.658).

Ou seja, a ideia de Estado nacional para os africanos passou a existir depois da partilha de África, contudo, os movimentos nacionalistas tiveram que pregar a unidade para a construção de uma identidade comum e essa “unidade derivava principalmente do fato de estarem igualmente submetidos a um senhor estrangeiro” (OLORUNTIMEHIN, 2010, p.658). E “a melhor forma de unificar uma nação é arrumar um inimigo [...]”⁴ (CANAL FUTURA, 2021) em comum. Ademais, “em relação ao inimigo, o colonialismo é definido como inimigo irreconciliável dos povos das colônias [...]”. (ANDRADE, 1990. 24-25 apud KAGIBANGA, 1998, p.297). Pois, as principais categorias sócio políticas do discurso dos nacionalistas da modernidade “exprime um pensamento inimigo, a violência, a organização e base social” (ANDRADE, 1990, p.22 apud KAGIBANGA, 1998, p.297). Portanto, segundo Andrade (1990, p.24-25),

⁴ NACIONALISMO - HISTÓRIA - ENSINO MÉDIO. Canal Futura. **Youtube**. 5 de mar. 2021. 11min41. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5b19VuS0muQ&ab_channel=CanalFutura. Acesso em: 21 jun. de 2022.

em relação a violência, os nacionalistas postulam a “acção directa”. programando a conquista imediata da soberania nacional, a independência real e a liquidação total do colonialismo e o imperialismo em África através da destruição da estrutura e das forças do colonialismo, por meios pacíficos e violentos. (ANDRADE, 1990 apud KAGIBANGA, 1998 p.297).

Para os africanos “a consciência racial é a base do desenvolvimento do nacionalismo enquanto busca da soberania e da independência”. (OLORUNTIMEHIN, 2010, p.658). O nacionalismo africano “também se caracteriza pelo desenvolvimento de atitudes, atividades e programas mais ou menos estruturados com vista à mobilização de forças para conseguir a autodeterminação e a independência”. (MONDLANE, 1978)

4.2.2 OS MOVIMENTOS NACIONALISTAS ANGOLANOS

Entretanto, os principais grupos nacionalistas angolanos começaram a surgir nas décadas de 50 e 60. Desse modo, “em finais de década de 1950, verificou-se o aumento da contestação ao regime colonial em Angola. Vários movimentos de libertação manifestaram-se contra o regime colonial”. (SOUSA, 2015, p. 89/90).

Segundo Santana (2009, p.69), em Angola “[...] como em outras partes da África, o jugo imposto às populações através da colonização europeia atuou como uma das causas primordiais para o desencadeamento dos movimentos de descolonização e independência”. Entretanto, “embora a luta pela libertação de Angola frente ao colonialismo Português tenha antecedentes significativos, os marcos históricos principais da chamada Guerra Colonial/de Libertação são os anos de 1961 a 1975”. (SOUSA 2015, p. 87).

Segundo, Sousa, (2015, p.88),

Oficialmente, a Guerra Colonial/de Libertação eclode com o “movimento nacionalista de guerrilhas” em 1961, e finaliza em 1975, com a independência de Angola e a subsequente disputa pelo poder entre os exércitos que lutaram pela libertação, já a essa altura tornados partidos de situação (MPLA) e de oposição (UNITA), o que deflagra a Guerra Civil naquele país. (SOUSA, 2015, p.88),

Ademais, os principais movimentos que marcam a história de Angola são a “UPA (União dos Povos de Angola), que é agora a atual FNLA⁵ (Frente Nacional para a Libertação de Angola), que “emergiram na cena política angolana como parte de um movimento da etnia Bakongo que pretendia restaurar a autonomia do antigo reino do Congo, cuja sede se localizava na cidade de São Salvador (M’Banza Congo)” (LOZA 2019, p. 21); temos o MPLA (Movimento Popular pela Libertação de Angola) “cuja germinação deve-se a diferentes movimentos anteriormente surgidos em Angola” (SOUSA, 2015, p. 89) e a UNITA (União Nacional para Independência Total de Angola).

Antes da eclosão das revoltas, em 1961, encontravam-se clandestinamente ativos vários partidos ou grupos políticos. Todos os movimentos cujo objetivo manifesto ou implícito consistia em pôr fim ao domínio português em Angola eram, é claro, oficialmente proibidos e perseguidos pela polícia”. (WHEELER; PÉLISSIER, 2011, p.33)

Segundo Sousa (2009, p.70) “embora estes grupos tivessem como interesses comuns o anticolonialismo e a conquista da independência haviam, entre eles, diferentes correntes políticas que caracterizavam seus anseios”.

Vale frisar que quando se fala da história de Angola parece se referir mais aos feitos do MPLA. Daí o nosso interesse, nesse capítulo, em abordar a visão da UPA, discutir de como as estratégias usadas pelo mesmo movimento nacionalista face o combate ao colonialismo deu ênfase para aquilo que foi o início da luta colonial.

Para Loza (2019, p. 21), “as dificuldades enfrentadas pelos ativistas bacongo, na sua tentativa de diálogo com a administração colonial, levaram-nos a questionar a autoridade do Estado Português e a considerar outras formas de luta”, levando mais tarde à UPA coordenar diversos ataques no norte do país, principalmente nas fazendas, onde destruíram, queimaram, e assassinaram muitos colonos brancos, e servos negros, “a este respeito, a UPA considerou que as ações violentas contra os colonizadores brancos e os seus alegados colaboradores mestiços e negros assimilados eram necessárias para eliminar definitivamente o colonialismo” (LOZA 2019, p. 4). Portanto,

⁵ A Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) é um movimento político fundado em 1954,^[4] com o nome de União das Populações do Norte de Angola (UPNA), assumindo em 1958 o nome de União das Populações de Angola (UPA). Em 1961, a UPA e um outro grupo anti-colonial, o Partido Democrático de Angola (PDA), constituíram conjuntamente a FNLA. (Wikipédia, 2021, Online)

essa não foi a primeira opção de ação da Upa, antes de recorrerem para a luta armada houve muitas tentativas de diálogos, pressionando o governos colonial, e mandando cartas para Organização das Nações Unidas (ONU), com apoio de algumas organizações africanas que também lutavam pela sua independência, pois, segundo Loza, (2019, p. 23) “antes de avançar para a luta armada, Holden Roberto considerava que primeiro seria necessário apresentar a situação angolana perante a comunidade internacional junto da Organização da Nações Unidas (ONU)”.

Segundo Sousa (2015, p. 90), “Contribuiu para o aumento da mobilização nacionalista em Angola, o fato de outros países africanos, [...], já terem conquistado sua independência, como Ghana, [...], ou estarem em adiantado processo desta conquista, a exemplo do Congo Léopoldville”. Pois, numa época em que muitos países africanos que estavam sobre o jugo colonial, e começaram a lutar pela sua independência, o movimento nacionalista UPA, que anteriormente foi UPNA (União dos Povos do Norte de Angola), tinha uma visão mais reduzida de luta, ao norte de Angola, visto que a ideia junto com o Congo Belga era tentar restaurar o antigo reino do Congo, foi convidado a participar da Conferência dos Povos Africanos no Gana país africano que já tinha alcançado a sua independência no ano de 1957, cujo se fazia presente o seu líder Holden Roberto, onde decidiu expandir o movimento nacionalista, em vez de ser apenas União dos Povos do Norte de Angola passou a ser de toda Angola, pois, segundo Loza, (2019, p. 22),

Roberto percebeu que não conseguiria apoio para um movimento étnico e regional, uma vez que a proposta de ressuscitar o antigo reino do Congo seria criticada pelos líderes internacionais como um anacronismo tribal. Assim, no dia do início da conferência, Holden Roberto mudou o nome da sua organização e apresentou-se como representante da União dos Povos de Angola, deixando para atrás a restrição do movimento ao Norte de Angola. (LOZA, 2019, p. 22)

Portanto, depois dessa conferência o movimento liderado pelo Holden Roberto passou a ter uma visão mais nacionalista, incluindo na sua luta não só os Bacongos (povos do norte de Angola), como também outros grupos étnicos, ou seja, todos os Angolanos.

4.3. ORGANIZAÇÕES FEMININAS CRIADAS NO PERÍODO COLONIAL

Durante o período e guerra colonial, foram criadas três associações femininas dentro dos Movimentos Nacionalistas angolano, dentre elas estavam a: 1) Associação das Mulheres Angolanas (AMA), da Frente Nacional de Luta de Angola (FNLA), 2) Organização da Mulher Angola (OMA), do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA); e 3) Liga Independente de Mulheres Angolana (LIMA), da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). (LUCAS, 2021).

Ademais, a criação de uma associação feminina dentro dos Movimentos Nacionalistas era necessária, pois as mulheres queriam um movimento que velasse pelos seus direitos e situasse o seu lugar na revolução, entendendo que as mulheres poderiam contribuir de diversas formas, desde a alfabetização dos membros, aos cuidados aos feridos até a participação direta na guerra.

Dentre as três associações femininas a primeira a ser criada foi a AMA em 3 de outubro de 1958, que inicialmente foi fundada como um núcleo feminino dentro da UPA (LUCAS, 2021). A AMA, dentro do movimento, segundo a FNLA⁶ (2022), era responsável pela mobilização, recrutamento, enquadramento e orientação política das mulheres que ingressam no seio do Partido, competindo-lhe:

Congregar as Mulheres Angolanas, cujo papel principal [era] educar as gerações vindouras, no ponto de vista moral e social. Ocupar-se dos assuntos da família e da promoção da mulher na área social e administrativa; apoiar e acompanhar as suas actividades organizativas, associativas e recreativas sempre guiando-se pelos Estatutos do Partido e em conformidade com as orientações da Direcção do Partido. (FNLA, 2022)

Segundo Lucas (2021, p.15) “as mulheres do AMA, nas bases militares, forneciam informações e mantimentos aos guerrilheiros, enquanto outras participaram das operações que marcaram a luta de libertação nacional. Portanto, “esta organização era liderada por mulheres como Fineza Pinnoch, Madalena Borrvalho Lulendo, Virgínia Francisco Paka, Suzana Nekaka, Maria Kissoca e muitas outras mulheres que muito contribuíram na luta de libertação de Angola”. (Idem).

⁶ [AMA – FNLA](#)

Desta feita, com o início da guerra colonial de 1961, o MPLA (movimento popular de libertação de Angola) integrou as mulheres no contexto da guerra, criando assim a OMA (organização da mulher angolana) que “foi fundada em 1962 na República Democrática do Congo por um grupo de mulheres angolanas que se encontravam neste país, onde o MPLA, na altura movimento que lutava pela Independência de Angola, tinha a sua Direcção” (CONTE; MUGGE; SCHMITT, 2018, p.3).

Entretanto, segundo o MPLA (2014 apud CONTE, MUGGE E SCHMITT, 2018, p. 3), “Durante este tempo a OMA mobilizou as mulheres para a participação em todas as tarefas da revolução desde a alfabetização à prestação de apoio social aos guerrilheiros e participando também nos combates.” Pois, desde o início da guerra colonial as mulheres começaram a ganhar um espaço notório dentro do movimento, algumas chegando até em ocupar espaços de direcção, e outros espaços importantes nos movimentos de libertação.

Segundo Conte, Mugge e Schmitt (2018, p.3),

o começo da luta anticolonial abriu espaço para que as mulheres dessem início a um movimento mais organizado, que auxiliou na luta pelos seus direitos, e que crescia, simultaneamente, ao desejo de independência. A partir de 1962, com o transcurso do primeiro ano da guerra anticolonial, as mulheres começaram a se organizar. Dentro da estrutura do MPLA, surgiu uma agremiação denominada OMA (Organização das Mulheres Angolanas), grupo composto, consoante Dias (2011), por mulheres africanas nascidas em Angola, [independentemente] de suas crenças, local de domicílio, estado civil, raça ou ideais políticos, o que refratava o posicionamento antitribalista do Movimento.” (CONTE; MUGGE; SCHMITT, 2018, p.3).

Já no caso da Liga da Mulher Angolana (LIMA), **ela** foi criada precisamente a 18 de junho de 1972, na localidade do Massavi sob a orientação do Presidente da UNITA, na época Dr. Jonas Malheiro Savimbi, tendo sido eleita a primeira Presidente a senhora Isalina Kawina. (Ozworld, 2021, online). O Jonas Savimbi, na época, foi um grande impulsionador e motivador para a criação e integração das mulheres na luta e isso era visível nos seus discursos. Segundo Dr. Jonas Malheiro Savimbi (1989) “a mulher Angolana não é só um instrumento para trabalhar na lavra, ela tem de lutar pela sua dignificação e valorização. Mulheres, sejam também dirigentes!”. (OZWORD, 2021, online).

O projeto da criação da LIMA foi para dar visibilidades às mulheres no meio da luta que se travava, ou seja, “a LIMA foi criada para assumir a vanguarda da luta da mulher na conquista dos seus direitos político, econômico e social”. (Ozworld, 2021, online).

Ducados (2004 apud LUCAS, 2021, p.15).) afirma que a LIMA surgiu como ala feminina da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), desempenhando um papel importante naquilo que foi a conquista da independência em Angola.

Portanto, a ideia da criação da OMA da LIMA e da AMA, foi “projetada para defender os interesses femininos e reivindicarem direitos fundamentais, mantendo em sua organização principalmente as mulheres [...]”. (ROCHA, 2020, p,117).

4.4. A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA LUTA DE LIBERTAÇÃO EM ANGOLA

Segundo Batsikama, (2016, p. 73), “é curioso notar uma ausência da mulher nos anais da História de Angola, quando na verdade o ator feminino sempre presenciou as etapas transformadoras em África”. Portanto, nesse capítulo em colaboração de alguns autores e autoras, gostaríamos debater sobre essa presença/ausência das mulheres no contexto da guerra colonial, visto que, numa nação em guerra o maior contribuinte, participante e/ou combatentes não são apenas aquelas pessoas que vão nos campos de batalha, pois, existem muitas outras formas de contribuir direta e indiretamente na guerra.

Segundo Conte, Mugge e Schmitt (2018, p. 2), “a baixa presença da imagem feminina nos registros confirma sua invisibilidade na história da guerra e nos demais conflitos, não somente em Angola, mas também, nos demais países africanos, que organizaram movimentos de resistência”.

Entretanto, existe uma escassez de registros que evidenciam a presença feminina na guerra e/ou processo de luta colonial, pois, nos poucos que podemos encontrar tratam de contar o quanto as mulheres estavam tão presentes mesmo antes da criação das primeiras organizações femininas em Angola, ou seja, “antes mesmo do início da luta armada, camponesas cumpriram um papel estratégico na propaganda anticolonialista e essa experiência também foi vivenciada por grupos femininos das zonas

urbanas”(SANTANA 2009, p.72), e vale destacar que a presença árdua das mulheres não se limitou apenas no período colonial pois, Batsikama (2016, p. 72) destaca que

Da independência de Angola (1975) até as primeiras eleições gerais (1992), a participação da Mulher é real nas Forças Armadas, na Administração pública ou no aparelho do Estado. Da celebração da Paz em Angola (2002) até as novas eleições legislativas (2008) e gerais (2012), os frutos da participação da Mulher são evidentes: Novo Código da Família, Ministério da Família e Promoção da Mulher, Constituição de Angola de 2010, etc. (BATSIKAMA, 2016, p. 72)

Para Batsikama (2016, p.74), as mulheres africanas na luta de libertação da África foram herdeiras sociais de um heroísmo feminino: “elas pegaram nas armas na elaboração de estratégia e na vida civil para alcançar a libertação da África entre 1954-1960”. Segundo Santana (2009, p.70), Bárbara Isaacman e June Stefhan identificaram iniciativas de mulheres - algumas de significativa relevância - como investidas anticolonialistas muito mais abrangentes no âmbito rural.

Entretanto, no processo de libertação de alguns países africanos nota-se atuação das mulheres na luta contra o colonialismo, ou seja, a mulher sempre esteve presente em diferentes eventos, se posicionando e lutando pelos seus direitos, como aconteceu em 1947 em Moçambique, onde “um movimento grevista que incluiu a participação de 7.000 mulheres, realizaram a greve de Buzi onde as mesmas se recusaram ao cultivo do algodão, e queimaram as sementes” Santana (2009). Em Moçambique as mulheres estavam sempre presentes na atividades anticolonial, pois,

outra iniciativa de fundamental importância foi a atuação das mulheres na propaganda de desprestígio do governo colonial perante a população e a divulgação de notícias do neófito movimento nacionalista, a Frente de Libertação Nacional de Moçambique, a Frelimo. (ISAACMAN; STEFHAN,1984, p. 23 apud MATEUS, 1999, p.59-60 apud SANTANA, 2009, p.70).

Segundo Santana (2009), em Moçambique algumas mulheres insatisfeitas em distribuir panfletos chegaram ao manuseio de armas - foi o caso de Josina Machel, da província de Inhambane, que se inseriu na Frelimo em 1965.

Sua atuação nesta organização lhe permitiu ocupar espaços superiores, como a chefia do Departamento de Relações Exteriores e Assuntos Sociais, prestando assistência, em especial, às causas das mulheres integrantes, ou não, da Frente de Libertação – quando uma de suas iniciativas foi a criação de orfanatos para os filhos das combatentes. (ISAACMAM; STEFHAN, 1984, p.23 apud SANTANA 2009, p.72).

Portanto, isso só mostra o quanto as mulheres a nível de África estavam interessadas em colaborar e trabalhar em prol da libertação dos seus países, pois, elas estavam dispostas e preparadas para ocupar diferentes espaços na revolução, além de algumas delas chegarem ao manuseamento de armas e estarem nos campos de batalha à exemplo da Isalina Kawina pertencente ao movimento nacionalista da UNITA, que diz:

[...] quando entrei tinha 14 anos, e era aspirante. Decidi integrar ao movimento, porque a UNITA tinha como papel libertar o povo da dominação colonial. Depois de estar na base, pude perceber que as mulheres podiam também fazer muitas coisas que os homens faziam, nisto, foi nos fornecido, um treinamento na base militar e não só, começamos a fazer trabalho de guarda no quartel e apoiar [...] as forças que saiam para atacar os inimigos, levando comida, armamento que não conseguiam carregar. Este tipo de trabalho foi realizado até os anos de 1970. (PAREDES, 2015, p. 204 apud LUCAS, 2021, p.17)

Além de estarem na linha de frente um dos papéis que a mulher ocupava dentro da revolução era no transporte de equipamento para os soldados que se encontram no campo de batalha,

muitas mulheres que não se inseriram no Destacamento Feminino continuaram a contribuir com a Revolução através de outras formas, como por exemplo: no transporte de material, na produção de alimentos para as (os) combatentes; como informantes, professoras ou enfermeiras. (SANTANA, 2009, p.75).

E dentro do partido FNLA na época, não deixa de ser diferente e a há uma mulher que é uma das que se destacou no meio de várias que foi a comandante Catarina, primeira mulher no comando da ELNA (Exército Nacional de Libertação de Angola. (LUCAS, 2021). Contudo, a Catarina foi “uma combatente que tanto lutou em defesa de

Angola e, sabendo que a luta de libertação era um bem de todos, sem exceção de ninguém, lutou e deu sua vida pelo bem da nação”. (LUCAS, 2021, p.15).

ELNA foi o exército que realizava as operações do movimento e, neste processo de luta, muitas mulheres pertenceram à organização, movidas pelo espírito de revolução e, cientes do sofrimento que a população nativa estava passando, foram impulsionadas pelo desejo de ver Angola livre das mãos do opressor, se vendo na obrigação de integrar o exército da ELNA e combater em várias frentes de combate para a conquista da independência. (Idem).

Portanto, ainda no seio da FNLA, Margarida Paredes, na obra *Combater duas vezes: Mulheres na Luta Armada em Angola*, “fala de uma das integrantes que lutou dentro do movimento da FNLA, Ana Maria da Conceição Fernandes, que nasceu no Bengo, filha de Antônio Fernandes de Brito, pastor protestante da igreja Evangélica de Angola, e foi integrada à FNLA quando tinha 14 anos”. (LUCAS, 2021, p.15).

Em uns dos relatos apresentado por essa ex-combatente, diz o seguinte:

Fui treinada pelo comandante Marcos para combater, ao ser apta, começaram a manejar arma, e em seguida, dei início à frente de combate, ao longo do processo de luta pude combater três vezes, mais tarde fui transferida para educação dando aulas na mata com 18 anos e cuidava também dos alunos. [...]. Às vezes ficávamos num sítio seis meses, depois vinham destruir, tínhamos que sair dali e ir para outro sítio mais seguro. [...] As mulheres que estavam nas cidades ajudaram-nos bastante, elas é que nos levavam os medicamentos, levavam os cadernos, lápis, pelo menos um livro para poder orientar os alunos. [...]. Graças ao ensino que nós demos nas matas, alunos que dei aulas são hoje engenheiros e doutores. E se não déssemos esse ensino nas matas? É claro que toda aquela geração seria analfabeta, sem saber nada. (PAREDES, 2015, p. 186-187 apud LUCAS, 2021, p. 16).

No seu livro Margarida Paredes apresenta depoimento de mulheres ex-combatentes, sobre as suas situações durante a guerra de libertação. Nessa obra faz questão de mostrar o quanto tanto as mulheres camponesas e urbanas estavam tão presentes e disponíveis para atuar em diversas áreas da revolução e, segundo Margarida Paredes “sem a participação das mulheres a Luta de Libertação anticolonial não teria triunfado e Angola não seria independente” (EURICO, 2017, Online). Pois,

As mulheres angolanas estiveram em todas as frentes, na luta política e na luta armada. Na luta armada foram muito sacrificadas e correram muitos riscos, como provedoras da guerrilha, transportavam armas, plantavam lavras, cuidavam dos guerrilheiros, a logística estava a cargo destas mulheres, a maior parte delas camponesas que depois da independência não foram reconhecidas como guerrilheiras porque não tinham arma e por isso ficaram abandonadas à sua sorte. As mulheres de origem urbana mais escolarizadas também participaram na Luta de Libertação, sobretudo na mobilização para a guerrilha, na Educação, na Saúde e algumas como guerrilheiras. (EURICO, 2017, Online).

Segundo Souza (2017, p.3) “poucas são as mulheres lembradas, tanto por suas militâncias nas frentes de batalha, como por seus trabalhos artísticos”. Pois,

os sujeitos históricos destas metas narrativas são quase sempre homens, líderes históricos investidos de um discurso libertador, ficando as mulheres invisíveis como actores da história ou como sujeitos que lutaram, se interrogaram, analisaram e produziram ideias. (SOUZA, 2017, p.3)

4.5. DEOLINDA RODRIGUES (LANGIDILA⁷)

[...] Senhorita Deolinda Rodrigues, [...] é realmente encorajador saber do seu interesse pela liberdade do povo do seu país. [...] A liberdade nunca é alcançada sem sofrimento e sacrifício. Ela vem através do trabalho persistente e esforços incansáveis de indivíduos dedicados. [...] O que está acontecendo em outros países da África inevitavelmente terá repercussões em seu próprio país. É impossível que Angola permaneça em África e não seja afectada pelo que está a acontecer na Nigéria e no Quênia e na Rodésia. E assim sua verdadeira esperança está no fato de que a independência será uma realidade em toda a África nos próximos anos. (Martin L. King, Jr., 21/07/1959)

Falando das heroínas que deram a sua vida em prol da luta pela libertação da Angola, dentre muitas não poderíamos deixar de citar a entidade Deolinda Rodrigues⁸ uma mulher que desde a sua infância/juventude já mostrava um certo descontentamento ao regime colonial, visto que, “a situação de Angola durante a juventude de Deolinda

⁷Em kimbundu, Langidila significa algo como “sê vigilante”. É o nome de guerra da Deolinda Rodrigues Francisco de Almeida.

⁸ A figura da guerrilheira e militante tem-se convertido, após a independência de Angola, numa referência que vai para além do imaginário da luta anti-colonial e de libertação nacional: as suas reflexões sobre a questão de género têm adquirido um papel de considerável destaque junto dos movimentos feministas angolanos. (ALFIERI, 2021 p.43).

esteve marcada pela opressão gerada tanto pela ditadura salazarista, como pela vigência do regime colonial e das iniquidades sociais e raciais que implicava a nível estrutural”. (ALFIERI, 2021 p.40). Razão pela qual, “ela envolveu-se logo nos primeiros anos da sua juventude com os mais velhos para organizar, preparar e travar uma luta que na altura era eminentemente política e clandestina, portanto, ela era a pessoa que merecia a confiança desses mais velhos”. (LANGIDILA, 2014).

Entretanto, atualmente tudo que se sabe sobre ela desde a sua vida social e política é graças aos seus escritos ou diário que foi encontrada depois da sua morte em 1967, pois, “o diário de Deolinda Rodrigues foi alegadamente encontrado pelo seu irmão Francisco de Almeida aquando de uma visita a uma base do MPLA na República Popular do Congo, em 1974, anos após o assassinio da jovem” (ALFIERI, 2021 p.43). Ou seja, antes da sua captura e morte, por parte da oposição na época a UPA, a Deolinda Rodrigues deixou um diário onde ela registrava todos os seus feitos, e através dele podemos conhecer toda a sua trajetória desde a revolução, pelo movimento MPLA. “Por isso a hipótese a investigar vai ser elaborada através da leitura dos textos de Deolinda Rodrigues iluminando o seu olhar, o seu destino e a subjectividade de uma mulher no meio de um passado colectivo”. (PAREDES, 2010, p.15).

Ademais, segundo Paredes (2010, p.15) “Deolinda estava dentro da Luta de Libertação pelas suas acções e práticas, e ao mesmo tempo estava fora quando na interioridade da escrita biográfica, numa reflexividade consigo própria, se questionava sobre o que a rodeava”. Portanto, “o seu diário foi publicado em 2003 sob o título Diário de um exílio sem regresso” (ALFIERI, 2021 p.39), razão pela qual, quando se fala de Deolinda Rodrigues encontraremos um leque rico de informações que de certa forma nos ajudam a conhecer mais ela e não só, como conhecer também a trajetória das mulheres que a acompanhavam, contudo “o diário termina logo no momento da sua prisão”. (LANGIDILA, 2014).

Deolinda Rodrigues Francisco de Almeida nasceu em 10 de fevereiro de 1939, no Ícolo e Bengo (Catete), terceira entre cinco (5) irmãos que foi, segundo Paredes (2010 apud ALFIERI, 2021, p.40) “não só uma guerrilheira do MPLA, mas também uma da sua dirigente, «a única mulher no Comitê Director na década de sessenta”. Deolinda Rodrigues sempre mostrou a sua revolta face aos acontecimentos da era colonial, sobre as injustiças constantes, desde jovem já mostrava um espírito nacionalista, segundo o seu irmão Roberto de Almeida “precocemente já estava tão

empenhada [...] as questões do melhoramento da vida do angolano nas questões da ascensão social do povo angolano e da libertação eminentemente” (LANGIDILA, 2014).

Para combater o colonialismo além de preservar a sua cultura ela sabia que estudar e se formar seria umas das formas de se libertar pois, segundo Langidila (nome de guerra de Deolinda] (apud BATSIKAMA, 2020, p.25), “a Revolução não funciona com o analfabetismo”. Por isso, para Deolinda Rodrigues, “o essencial é mobilizar, erguer o [...] povo e formar quadros saídos das massas populares [...] esclarecer as massas sobre as humilhações e injustiças vividas e trabalharmos todos juntos para modificar a vida em Angola”. (RODRIGUES, 2017, p. 106 apud BATSIKAMA, 2020, p.25).

Deolinda foi umas das poucas pessoas que conseguiu ingressar no liceu na época que, segundo João Rodolfo Webba, também ex-estudante do liceu, relata que “pouca gente poderia entrar [...] falando dos alunos do liceu na altura tinham cerca de três (3) a quatro (4) mil alunos no liceu e uns cinco (5) ou seis (6) [...] eram negros como nós” (LANGIDILA, 2014). Ou seja, Deolinda acreditava que tinham que estudar e conhecer outras culturas, não no sentido de se aculturar, muito pelo contrário, era no sentido de poder se comunicar com outros povos africanos e não só, que também estavam a viver a revolução em seus países, razão pela qual “ela estudou germânica, falava fluentemente inglês, o alemão, francês” (LANGIDILA, 2014), se tornando uma peça muito valiosa no meio da revolução, pois, os mais velhos que estavam em frente da revolução muitos deles não tiveram a mesma oportunidades que a Deolinda teve de estudar. Ademais, “além de ter contatos pessoais com personalidades externas ao MPLA, como Amílcar Cabral e Martin Luther King, Deolinda esteve encarregada das traduções” (ALFIERI, 2021 p.40), quando chegavam cartas ou missionários do exterior em Angola que não falavam a língua portuguesa.

Esses velhos todos tinham a sua atividade, mas tinham um ande Cape, não falavam línguas não sabiam escrever inglês nem nada então precisavam de correspondência para enviar nas Nações Unidas, para o Gana tinham que decorrer na Deolinda e do jovem que estavam no liceu e que já sabiam inglês. (LANGIDILA, 2014).

Segundo Deolinda, isso nos registros encontrados no diário do dia 9 de setembro de 1956, “Bigorna trouxe para casa o Belarmino que me fez perguntas parece aceitaram-me no movimento nacionalista, embora o senhor Benji e outros velhos estejam com receio por eu ser mulher⁹”. (LANGIDILA, 2014). Quando vieram chamar ela para participar oficialmente do MPLA, apesar de saber das suas capacidades e qualidades e tudo quanto ela poderia fazer dentro do movimento ela ainda sentia que muita gente não a achava capaz de desempenhar certos papéis, isso pelo facto de ela ser uma mulher. Contudo, “foi um bocado difícil havia pessoas que não tinham muita confiança na condição de mulher, porque era uma situação [...], de muita responsabilidade, entretanto ela mostrou que era uma pessoa capaz”. (LANGIDILA, 2014).

Em umas das cartas escrita por Lúcio Lara¹⁰, no dia 30 de novembro de 1959 para Deolinda diz:

[...] Já há algum tempo a conheço de nome; desde que passou por Lisboa [Fevereiro de 1959] que me falaram de si como uma Angolana consciente da realidade da sua pátria; creio que estará decidida a dar sua melhor contribuição à luta que travam os nossos irmãos, agora à contas com o terror policial português [PIDE]. É a propósito disto que lhe escrevo. Em primeiro lugar, quero avisá-la de **que num processo em que estão envolvidos os nossos irmãos presos e alguns portugueses progressistas, consta o seu nome**. Consta mesmo que existe um mandato de captura contra si... segundo informação... no referido processo entre outras coisas fala-se... de Deolinda Rodrigues que era tradutora de inglês do grupo, da sua adesão ao Movimento...”. (LARA, 2017-I, p. 204 apud BATSÍKAMA 2020 p.19).

Por entender a educação como um meio de se libertar, segundo Langidila (2014) “ela ensinou-nos de que deveríamos alfabetizar as pessoas que não sabiam ler e levava-nos então para certos bairros periféricos”, Deolinda na época trabalhou principalmente com a educação infantil.

⁹ No Diário a exigência de libertar Angola da opressão colonial não se relacionava só com a vigência de um regime de trabalho forçado e das profundas distinções e discriminações raciais em que aquela sociedade assentava. Emerge, no texto, a questão da opressão de género que estava profundamente entranhada na propaganda e nas práticas do Estado Novo, mas cujas consequências e heranças coloniais eram, ao mesmo tempo, manifestas em práticas comuns e consolidadas na sociedade angolana e, por reflexo, nos próprios movimentos de libertação. (ALFIERI, 2021 p.42).

¹⁰ Lúcio Rodrigo Leite Barreto de Lara (Caála, 9 de abril de 1929 — Luanda, 27 de fevereiro de 2016), também conhecido por seu nome de guerra Tchiweka, foi um físico-matemático, político, professor, ideólogo anticolonial e um dos membros fundadores (e presidente) do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), (WIKIPÉDIA, 2022?).

Contudo, desde a sua infância Deolinda sempre mostrou o seu interesse em estudar e aprender as coisas, razão pela qual para dar continuidade aos seus estudos ela parte para Lisboa, mais com o intuito de embarcar depois para o Brasil. Ademais, segundo seu irmão Roberto, “enquanto estava em Lisboa nós ainda tínhamos alguns contatos nessa altura, eu tinha também um irmão a estudar em Lisboa que nos dava e mandava informações sobre a estadia dela em Lisboa aguardando então a viagem para o Brasil”. (LANGIDILA, 2014).

Depois de ter conseguido visto para viajar finalmente para o Brasil, mesmo distante ela continuou com as suas atividades política embora na clandestinidade pois, Segundo, Jacinto Fortunato Kanhamena¹¹

A atividade política não era permitida no instituto Metodista, portanto, a Deolinda fazia esses contatos clandestinamente, fazíamos encontros com algumas comunidades negras que existiam em São Paulo, a Deolinda fazia conferência, explicava a situação que prevalecia naquela altura em Angola. (LANGIDILA, 2014).

Enquanto que em Angola na época circulavam rumores de uma possível revolução a PIDE (polícia internacional e de segurança do Estado), que era “uma polícia política e tinha como alvo vigiar os possíveis contraventores do Estado Novo Salazarista. E trabalhava com uma tripla lógica: prevenção-dissuasão, vigilância-investigação e punição-repressão” (MENDONÇA, 2018), começou a vigia-los, e segundo Langidila (2014), “Deolinda já estava na lista negra, ela não poderia voltar”, mais para Angola. Portanto, no dia 28 de março de 1959.

prenderam a primeira pessoa José Manuel Lisboa [...] a PIDE conseguiu receber informações [...] que Lisboa levava um documento entregue para o Mendes de Carvalho para Kinshasa [...] no dia seguinte de manhã foram presos Agostinho André Mendes de Carvalho, Sebastião Gaspar Domingos, Pedro Bengue e Fernando Pascoal da Costa eles não resistiram, não resistiram a pressão da PIDE e denunciou a mim João Rodolfo Webba e a Deolinda como parte integrado no movimento. (LANGIDILA, 2014)

¹¹ JACINTO FORTUNATO, mais conhecido como Kanhamena é um amigo de Deolinda e ex-aluno do Instituto Metodista, estiveram juntos no Brasil, e quando Deolinda parte depois para os Estados Unidos ele, é quem recebia e guardava as cartas que ela mandava.

Para os nacionalistas e integrantes do MPLA que se encontravam em Angola e foram pegos pela PIDE¹², envolvidos no processo dos 50 que “é a designação que se atribui à prisão e julgamento de um grupo de nacionalistas que, insatisfeitos com o domínio colonial português, decidiram empreender clandestinamente acções que conduzissem à independência de Angola” (CUNHA, 2011), viram na viagem de Deolinda ao Brasil uma oportunidade de se livrar das acusações,

como sabiam que [...] tinha escapado então grande parte das responsabilidades no âmbito dos interrogatórios atiravam para cima da Deolinda, Ham quem me deu aquele panfleto foi a Deolinda, quem fez isso? Ham foi a Deolinda, atiravam tudo para ela porque sabiam que ela já não estava ali e não corria o risco de ser presa. (LANGIDILA, 2014).

Ademais, com a Deolinda no Brasil e com PIDE de olhos nos movimentos nacionalistas e disposto a interceptar qualquer tipo de informação com relação a revolução que estava a se criar em Angola, os nacionalistas passaram a se comunicar por códigos, ou seja, “na frase que [...] falava, fulano foi visitar sicrano, não era visitar tinham já matado aquela pessoa então, eram parentes, amigos que foram sacrificados em prol da libertação de Angola” (LANGIDILA, 2014), face a isso, criava um sentimento de revolta na Deolinda “e ela falava não! Eu vou lutar até morrer, eu quero ver Angola independente”. (LANGIDILA, 2014).

Contudo, a Deolinda “viveu por curtos períodos no Brasil e nos Estados Unidos, em instituições de ensino ligadas à [...] igreja. No Instituto metodista de São Paulo, onde estudou entre 1959 e 1960, dedicou-se ao estudo de princípios bíblicos, do piano e de elementos de jardinagem”. (ALFIERI, 2021 p.43). Mesmo distante, ela estava sempre a par do que acontecia em Angola, razão pela qual principalmente para os nacionalistas que se encontravam fora do país, tinham como missão divulgar ao mundo a fora a situação de opressão, de discriminação e racismo que ocorriam no território angolano,

¹² Como práticas de intervenção direta, a PIDE podia desde penalizar os suspeitos com detenção mínima e regida por lei, ou até mesmo ampliar de forma arbitrária as penas dos detentos sem explicar o motivo, chegando ao extremo, quando usava a tortura como tática de delação. Os instrumentos de tortura usados pelas polícias também podem ser encontrados no Departamento Estadual de Ordem Política e Social (Deops) varguista e os Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS) da ditadura civil-militar brasileira. Inclusive a ocultação das torturas foi algo recorrente dos regimes ditatoriais pelo mundo. Um dos objetivos da tortura era a de confessar crimes ou entregar outros nomes que pertenceriam ao grupo de “forças da desordem” de Portugal. Caso o detento confessasse e colaborasse com a polícia, poderia ter sua pena diminuída, mas nunca zerada perante o Estado (MENDONÇA 2018, p.304/305 apud PIMENTEL, 2011, p. 145).

visto que o governo salazarista tentava passar uma visão de unidade e paz entre portugueses e suas colônias. Ademais, segundo Langidila (2014), quando os portugueses mandam um grupo de basquetebol ao Brasil para dar a impressão que estava tudo muito bem em Angola e que não havia problema nenhum, “ela e o Jacinto movimentaram os estudantes brasileiros para ir protestar contra essa equipe de basquetebol angolano [...] com cartazes pra dizer que esses não são angolanos, angolanos são aqueles que estão a morrer nas matas e nas cadeias” (LANGIDILA, 2014).

Depois de um período no Brasil ela nota que “os brasileiros iriam assinar um acordo de extradição com os lusitos [portugueses]. Razão pela qual, ela teve que cavar [sair precipitadamente] daí antes disso”. (RODRIGUES, 2017, p.51 apud BATSIKAMA 2020) Tendo ido depois “para E.U.A., onde chegou no dia 4 de agosto de 1960”. (BATSIKAMA, 2020, p.19).

Segundo relatos coletados no diário de Deolinda Rodrigues [Lagindila],

quando olho na foto da família naquele beco sem saída, não tenho coragem nenhuma de me afastar da luta para continuar os meus estudos, não sei (se continuo no ar). Mas a luta só acaba com o nosso esforço contínuo, aliás a luta não acaba, a vida é luta, tudo é luta afinal. (LANGIDILA, 2014).

Segundo Langidila, (2014), para Ismael Martins, amigo de Deolinda, lutar para a libertação de Angola a partir dos Estados Unidos era difícil, e ela sentia que era uma luta que devia ser travada com uma certa urgência, e que devíamos dar passos mais decisivos. E isso só era possível com ela integrada num conjunto maior (MPLA). Visto que, “na altura ela estava [...] na universidade de Michigan e decidiu por simplesmente abandonar e dizer não é este o caminho para chegar lá, o caminho é juntar[-me] ao meu povo e participar diretamente na luta”. (LANGIDILA, 2014). Pois, como ela era uma mulher muito ativa, e como a luta pela independência já tinha começado em termos da luta armada ela disse não vamos continuar a estudar enquanto os outros estão a dar pancada no litoral de Angola. (LANGIDILA, 2014)

Depois de ter voltado para África, precisamente para o Congo Leopoldville (atual República Democrática do Congo), visto que não poderia ir diretamente para Angola porque ela era procurada pela PIDE, e os Congos na época serviam como

refugiou de alguns nacionalistas e combatentes dos diferentes movimentos, ela participa nos dias 1 e 3 de Dezembro 1961, em Leopoldville, em uma conferência realizada pelo MPLA, onde informaram os novos membros do seu comitê diretivo, e o nome da Deolinda constava no departamento social, mas antes disso segundo seu ex-colega do liceu João Rodolfo Webba, “estavam admitir eleger para presidente a Deolinda, devido a posição que ela assumia nas discussões [...] a clareza de espírito, surgiram adcaps [avaliações e reavaliações], algumas pessoas não concordaram uma senhora pra ser presidente”. (LANGIDILA, 2014).

Portanto, segundo Langidila (2014),

a partir daí no departamento social, Deolinda passou a ser responsável por todo trabalho do MPLA a ser apresentado nas conferências fora da zona dos Congos, os protestos, as informações, as lutas, visto que o Governo do Holder Roberto no exílio já era reconhecido como o governo Angolano e era preciso que o MPLA fosse mais incisivo, mais penetrantes, e mobilizar mais no exterior.

Ademais, com a visita de Che Guevara¹³ em África se encontra com o então presidente do MPLA, na altura Agostinho Neto, onde lhe é informado sobre a situação de Angola, ajudando assim a criar e treinar o primeiro esquadrão do partido MPLA que realizava missões no norte de Angola, portanto, depois do sucesso do primeiro esquadrão do partido decidem então criar um novo esquadrão de nome Kamy onde Deolinda Rodrigues, Lucrecia Paim, Engracia Fragoso dos Santos, Irene Cohen, e Tereza Afonso mostraram interesse em participar. No entanto, no esquadrão Kamy apenas cinco mulheres fizeram parte e “essas mulheres já participavam na luta contra o colonialismo português sobre diferentes formas, claro que nessa altura umas estavam na educação outras no secretariado, outras na saúde”. (LANGIDILA, 2014).

No caso da Deolinda foi recebido com um espanto, pelo facto de ela ser parte do comitê do movimento, visto que não era comum alguém do comitê embarcar direto na linha da frente. Pois, “quando um membro do comitê diretor naquela altura diz que eu vou, vou para Angola aquilo era um peso fora de série”. (LANGIDILA, 2014). Visto que, o grande objetivo do esquadrão era entrar em Angola e ganhar o interior, e para o

¹³ **Che Guevara** foi um importante líder do movimento socialista na América Latina e da Revolução Cubana. Atuou como jornalista, médico e político. Por sua história de luta, tornou-se um símbolo de coragem e rebeldia contra as injustiças do mundo. (BEZERRA, 2014).

mesmo partiram no dia 9 de janeiro de 1967, saindo de Brazzaville e passando em Kinshasa, “não tendo sido uma travessia fácil, porque Kinshasa era o território livre da UPA (LANGIDILA, 2014).

Ademais, em um dos registros encontrados no diário de Deolinda diz o seguinte “chegamos a Kinshasa às 17h30 que ambiente miserável e depravado fomos retirados do taxi porque os pneus estavam fracos, saímos em pinhas de comboio, a alpista por todo lado”. (LANGIDILA, 2014). Finalmente depois de oito (8) anos fora de Angola, ela retorna e consegue entrar no território junto dos seus companheiros de luta e o Esquadrão CAMI, e a movimentação da caravana que acompanhava a Deolinda chamou atenção dos portugueses razão pela qual, “o Esquadrão CAMI teve que entrar por novas vias desconhecidas, embora tivessem seus guias acabaram por se perder [...] uma distância que poderiam ter feito em menos de 15 quinze dias durou quase um mês”, (LANGIDILA, 2014), e com isso, os mantimentos que eles levavam começou a terminar e se instalou uma onda de fome por todo esquadrão, pois, segundo Langidila, (2014)

onde há fome e não há nada a comer não se pode exigir disciplina, a disciplina acabou, depois a fraqueza de aguentar a levar a carga que é composta de ferros de armas munições enfim, isso tudo pesa nas costas, para uma pessoa que não come e está fisicamente debilitada era difícil caminhar.

Segundo os relatos de Deolinda do dia 10 de fevereiro de 1967 registrado no seu diário diz o seguinte, “hoje fazemos um mês que saímos do Congo quando isso vai chegar ao fim há muita, muita fome e maca de comida, melhor presente para esse dia será atravessarmos o Ambriz sem nenhum incidente” (LANGIDILA, 2014), portanto, como era uma época chuvosa o rio que atravessava Ambriz estava cheio, faz com que eles ficassem mais de uma semana lá, tornando-se então, “ umas das mais graves estadias [...] porque a fome atingiu todo mundo, e os grupos de guerrilheiros passaram a sair na mata a procura de qualquer coisa comestível”. (LANGIDILA, 2014).

Na época além da fome que assolava todos guerrilheiros o maior obstáculo que o esquadrão de Deolinda enfrentava para concluir os seus objetivos era o rio Ambriz (Rio Loge), como trata nos seus relatos, dizendo que morreram mais de 20 pessoas que tentaram efetuar a travessia fazendo com que o comandante face a esses obstáculos

dividisse e mandasse alguns guerrilheiros de volta ao Congo, e entre os que estavam sendo mandados para casa constava o nome de Deolinda e suas quatro companheiras, Irene Cohen, Engracia dos Santos, Lucrecia Paim e Tereza Afonso, na qual elas recusaram, pois, a “decisão unânime delas era que não queriam voltar, ou morrer aqui ou seguir em frente” (LANGIDILA, 2014), mostrando mais uma vez um sentimento patriótico, mas mesmo assim isso não foi o suficiente para deixar elas ficarem, pois era uma “ordem, não tinham que dizer sim ou não, tinham direito de dizer sim senhor estou pronto”. (LANGIDILA, 2014).

Depois de acatar a ordem como registra Deolinda no seu diário dizendo, “partimos sem grandes despedidas, muitos decidiram continuar e tentar a travessia, outros não têm mais força para regressar, é muito triste essa volta” (LANGIDILA, 2014). Foi durante essa volta onde a Deolinda, Irene, Engracia, Lucrécia e Tereza e mais alguns militantes do MPLA foram interceptados e presos pelas tropas da UPA, isso em Kamuna-Congo Leopoldville em 2 de março de 1967, e depois transferidos para Kinkuzu, “a base de Kinkuzu situava-se na RDC, na região do antigo Baixo Zaire, era a partir da qual a FNLA lançava os seus ataques contra a tropa portuguesa no norte de Angola”. (MANUEL, 2020, ONLINE). Portanto, a prisão desses militantes, segundo Dino Matrosse¹⁴, “foi um abalo muito grande no ceio do MPLA, e uma tristeza incontida”, (LANGIDILA, 2014), pois sabiam que todos os militantes do MPLA que entravam não saiam mais. (LANGIDILA, 2014).

Em entrevista da Totalcomunicação à Ruth Neto, prima de Deolinda e irmã do ex-presidente Agostinho Neto, diz que “houve até um comunicado que foi feito pela OMA para informar as outras organizações de mulheres [...] porque Deolinda já era conhecida mesmo internacionalmente”. (LANGIDILA, 2014). Portanto, o comunicado lançado pela OMA e apresentado pela ex-combatente Tina Dibala¹⁵ à Totalcomunicação, dizia o seguinte,

a todos os patriotas angolanos, a todos amigos da luta do povo angolano a organização da mulher angolana OMA, pede que enviem os seus protestos e

¹⁴ [Julião Mateus Paulo – Wikipédia, a enciclopédia livre \(wikipedia.org\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Julião_Mateus_Paulo)

¹⁵ Natural de Luanda, Tina Dibala integrou as fileiras do MPLA em 1961, a partir de Kinshasa, prestando exemplar e patriótico contributo no Corpo Voluntário de Assistência aos Refugiados Angolanos (CVAAR), ao mesmo tempo que se dedicava às tarefas de professora nos Centros de Refugiados, sendo ainda destacável o facto de ter feito parte do grupo que fundou a Organização da Mulher Angolana, OMA, de que foi membro do seu Comité Nacional entre 1982 e 2012, integrando o Conselho de Honra da referida organização entre 2012 até à data da sua morte. (JORNAL DE ANGOLA, 2021).

apelos ao governo da República Democrática do Congo para que, estas combatentes sejam libertadas. (LANGIDILA, 2014).

Apesar de todo esforço, dos apelos e protestos levantados pelos militantes do MPLA, especialmente a OMA, a UPA não libertou Deolinda e suas companheiras, ademais, “através das cartas que saíram clandestinamente da prisão, comprova-se que elas ficaram presas, pelo menos, dois anos” (LANGIDILA, 2014). Mesmo com esses relatos ainda assim a data da morte delas continua a ser 1967 para alguns, por ser o ano de suas prisões, porque não se sabe ao certo quando foram assassinadas, como e nem onde. (LANGIDILA, 2014). Por isso, não é de se admirar encontrar artigos que datam a morte dessas militantes entre 1967 à 1969, baseando-se na teoria que elas ficaram presas durante um tempo na base da UPA.

Em homenagem a essas mulheres o MPLA ergueu uma estátua no chamado Largo das Heroínas¹⁶ “Inaugurado no ano de 1986, mês de março, este emblemático lugar foi erguido para homenagear todas bravas mulheres que lutaram com força e determinação em prol da conquista da independência de Angola”. (WELCOMETOANGOLA, 2019). E em reconhecimento ao seu papel desempenhado na luta de resistência do povo angolano contra a ocupação colonial portuguesa criou-se um feriado nacional no dia 2 de março para celebrar o dia da mulher angolana. (CORREIOKIANDA, 2020, online).

5. METODOLOGIA

A pesquisa em questão, que terá a duração de 12 (doze) meses, é de cunho exploratório, por se tratar de um tema que o autor pouco conhece e se fala, pois, “a pesquisa exploratória procura conhecer as características de um fenômeno para procurar explicações das causas e consequências de dito fenômeno” (RICHARDSON, 1989, p. 281 apud RÉVILLION, 2003, p.22). Ou seja, entendemos que usando esse tipo de pesquisa, ajudaria melhor a aprofundar o tema em questão e alcançar todos os objetivos traçados para a realização da pesquisa, visto que, a pesquisa exploratória

¹⁶ Estas personalidades, pese embora já não estejam no mundo dos vivos, continuam a ser fontes de inspiração para muita gente, muito por conta das suas belas histórias de luta e determinação em prol do bem comum. (WELCOMETOANGOLA, 2019?).

visa prover o pesquisador de um maior conhecimento sobre o tema ou problema de pesquisa em perspectiva. Por isso é apropriada para os primeiros estágios da investigação, quando a familiaridade, o conhecimento e a compreensão do fenômeno por parte do pesquisador são geralmente insuficientes ou inexistentes. (MATTAR, 1994, p. 84 apud RÉVILLION, 2003 p.22).

Portanto, segundo Sampieri et al. (1991), “os estudos exploratórios são feitos, normalmente quando o objetivo da pesquisa é examinar um tema ou problema de investigação pouco estudado ou que não tenha sido abordado antes” (SAMPIERI et al., 1991, p. 59 apud RÉVILLION, 2003 p.24).

E por outra, pretendemos igualmente fazer uso da pesquisa bibliográfica e documental por se tratar de um tema histórico em que muitas das personagens supracitadas já não se encontram vivas, pois, tudo quanto se sabe sobre as suas vidas e trajetórias estão documentadas e/ou armazenadas em diferentes arquivos, desde "diários; documentos arquivados em entidades públicas e entidades privadas; gravações; correspondências pessoais e formais; fotografias; filmes; mapas [...]" (MARTINS E THEÓPHILO, 2009, p. 55), sem nos esquecermos dos livros, periódicos, revistas, enciclopédia, dicionários, jornais, sites CDs, anais de congressos etc". (MARTINS E THEÓPHILO, 2009, p.54). Razão pela qual, nos fez recorrer a esse tipo de pesquisa, pois, de todos os métodos que existem, esses dois nos ajudam a explicar e construir narrativas com base em documentos e/ou formas de armazenamento de arquivos tanto a pesquisa bibliográfica e documental, nos apresentam um leque maior de possibilidade concernente a coleta de dados.

Portanto, segundo Martins e Theóphilo (2009), apesar das duas pesquisas terem semelhanças, elas se diferenciam em alguns aspectos, contudo, "a principal diferença entre elas decorre da natureza das fontes: a pesquisa bibliográfica utiliza fontes secundárias, isto é, materiais transcritos de publicações disponíveis na forma de livros, jornais, artigos etc". (MARTINS E THEÓPHILO, 2009, p.54).

Uma pesquisa bibliográfica procura explicar e discutir um assunto, tema ou problema com base em referências publicadas [...]. Busca conhecer, analisar [...] contribuições sobre determinado assunto, tema ou problema. A pesquisa bibliográfica é um excelente meio de formação científica quando realizada independentemente - análise teórica - ou como parte indispensável de qualquer trabalho científico, visando à construção da plataforma teórica do estudo. (MARTINS E THEÓPHILO, 2009, p.54).

Enquanto que, “a pesquisa documental emprega fontes primárias, assim considerados os materiais compilados pelo próprio autor do trabalho, que ainda não foram objeto de análise, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os propósitos da pesquisa”. (MARTINS E THEÓPHILO, 2009, p.54). Portanto, “a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois. (MARCONI, LAKATOS 2003 p.174).

6. CRONOGRAMA

Atividades \ etapas	2022											
	MÊ S 1	MÊ S 2	MÊ S 3	MÊ S 4	MÊ S 5	MÊ S 6	MÊ S 7	MÊ S 8	MÊ S 9	MÊ S 10	MÊ S 11	MÊ S 12
1) Escolha do tema	X											
2) Revisão bibliográfica		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
3) Análise do material coletado			X	X	X	X	X	X	X			
4) Redação do trabalho final								X	X	X	X	
5) Apresentação/ defesa do trabalho final												X

7. REREFÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADESINA, Jimi. “Práticas da Sociologia Africana: Lições de endogeneidade e género na academia”. In: Teresa Cruz e Silva, João Paulo Borges Coelho & Amélia Neves de Souto (Orgs): **Como Fazer Ciências Sociais e Humanas em África: Questões Epistemológicas, Metodológicas, Teóricas e Políticas (Textos do Colóquio em Homenagem a Aquino de Bragança)**. Dakar: CODESRIA, 2012. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20131028053636/ComoFazer.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2014.
- ALFIERI, Noemi. Deolinda Rodrigues entre escrita da história e escrita biográfica. **Abriu**, v. 10, p. 39-57, 2021.
- AMÂNCIO, Lígia. “O género no discurso das ciências sociais”. **Análise Social**, 168, Lisboa, 2003, pp. 687-714. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218791078B9rDE5id4Po89MU8.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2015.
- BATSÏKAMA, Patrício. Poder no feminino. Caso da Deolinda Rodrigues “Langidila”. **África [s]-Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos e Representações da África**, v. 7, n. 13, 2020.
- _____. A mulher na luta de libertação e na construção do estado-nação em Angola: o Caso de Luzia Inglês Van-Dúnem. **Revista Cantareira**, n. 25, 2016.
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970. Disponível em: <<http://brasil.indymedia.org/media/2008/01/409660.pdf>>. Acesso em: 30 fev. 2015.
- BEZERRA, Juliana. **Che Guevara**. [S.I.] [2014?]. Disponível em:<<https://cc.bingj.com/cache.aspx?q=che+guevara&d=4717463568187659&mkt=pt-BR&setlang=pt-BR&w=RXYGrBYIMB5hQR01KPyKGnYAXgDG7oUh>>
- BOAHEN, Albert Adu. **História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935**. Brasília: UNESCO, 2010, 1040 p.
- BOAHEN, Albert Adu; GUEYE, M’Baye. Iniciativas e resistência africanas na África ocidental, 1880-1914. In: BOAHEN, Albert Adu (ed.). **História Geral da África, VII: África sob dominação colonial**. São Paulo: Cortez, 2011b.
- CASIMIRO, Isabel M. A. **Relações de género na família e na comunidade em Nampula**. Maputo: Cruzeiro do Sul (Instituto de Investigação para o Desenvolvimento), 2000.
- _____. “Identidades e Representação das Mulheres em África.” In: **Estudos Moçambicanos**, Nº 17, Dez. 1999: 35-93.
- COLLING, ANA MARIA. As chinas gaúchas: a invisibilidade do feminino na Guerra do Paraguai. XII Encontro Estadual de História ANPUH/RS, “História, Verdade e Ética, ANAIS, São Leopoldo, 2014.
- CONTE, Daniel; MUGGE, Ernani; JUCINSKY SCHMITT, Bárbara. O esquadrão e as mulheres: o caso da personagem ondina em Mayombe, de Pepetela. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, n. junio, 2018.
- CORREIO DA KIANDA. **Por que se celebra o dia da mulher angolana a 2 de Março?**. [S.I.] 2020. Disponível

- em:<<https://correiokianda.info/por-que-se-celebra-o-dia-da-mulher-angolana-a-2-de-marco/>
- CUNHA, Anabela. “Processo dos 50”: memórias da luta clandestina pela independência de Angola. **Revista angolana de sociologia**, n. 8, p. 87-96, 2011.
- EURICO, Jorge. Margarida Paredes: “**Sem a participação das mulheres a Luta de Libertação de Angola não seria independente**”. CLUB-K. [S.I.] 2017 Disponível em:
<https://www.club-k.net/index.php?option=com_content&view=article&id=27486:margarida-paredes-sem-a-participacao-das-mulheres-a-luta-de-libertacao-anticolonial-nao-seria-angola-nao-seria-independente&catid=17&Itemid=1067&lang=pt
- FNLA. AMA. [S.I.] [2022?]. Disponível em: <<https://www.fnla.co.ao/wp/ama/>
- HERNANDEZ, Leila Leite. Movimentos de resistência na África. **Revista de História**, 1999, no 141, p. 141-149.
- IMPANTA, Iadira Antonio. **Estudantes Guineenses na UNILAB, Ceará, Brasil: Coexistência, representações interétnicas e questões de gênero**. 2015. TCC (Bacharelado em Humanidades) – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Redenção, 2015.
- JORNAL DE ANGOLA. **MPLA lamenta morte de Tina Dibala**. Luanda. 2021. Disponível em:
<<https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/mpla-lamenta-morte-de-tina-dibala/>
- KAGIBANGA, Victor. A questão da ruptura e da continuidade (proto) nacionalista na obra de Mário Pinto de Andrade: uma contribuição ao estudo sociológico do programa de pesquisa do 2º volume da obra *Origens do Nacionalismo Africano*. **África**, n. 20-21, p. 285-303, 1998.
- LANGIDILA, diário de um exílio sem regresso. Direção: Jose Rodrigues e Nguxi Dos Santos. Produção: Irda Arbala. Interprete: Deolinda Rodrigues. Roteiro: Bárbara Velloso. Fotografia: Osvaldo Paulo e Adilson Mendocha Bacelar. Angola: TOTALCOMUNICAÇÃO. 2014. Online Youtube.
- LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica 1**: São Paulo: Atlas 2003.
- LIBERATO, Ermelinda. 40 anos de independência. Uma reflexão em torno da condição da mulher angolana. **Revista Estudos Feministas**, v. 24, p. 997-1006, 2016.
- LOZA, Luis Alfredo Marquez. O Estado Português e a União dos Povos de Angola (1960-1965). **Discursos Políticos em Tempos de Descolonização**. 2019. Tese de Doutorado. Universidade de Coimbra.
- LUCAS, Olímpia Iango. **A participação da mulher na luta pela independência em Angola (1961-1975)**. 2021.
- MANUEL, Ilidio. O pouco conhecido «massacre de kinkuzu. **LIL-PASTANEWS**. [S.I.] 2020 Disponível em: [O POUCO CONHECIDO «MASSACRE DE KINKUZU» \(lilpastanews.com\)](https://www.lilpastanews.com/)
- MARTINS, Gilberto de Andrade, THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da Investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas S.A, 2009.

- MARTÍN, Aurelia; VELASCO, Casilda; GARCÍA, Fernanda (coords.). *Las mujeres en el África subsahariana: Antropología, literatura, arte y medicina*. Barcelona: Ediciones del Bronce, 2002, 352p.
- MENDONÇA, Anderson Guimarães. O Salazarismo e a PIDE. *Faces da História*, v. 5, n. 2, p. 297-315, 2018.
- MONDLANE, Eduardo. “O desenvolvimento do nacionalismo em Moçambique”. In: BRAGANÇA, Aquino de e WALLERSTEIN, Immanuel. *Quem é o inimigo (II)? – Os movimentos de libertação nacional*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1978. p. 33-40.
- OLORUNTIMEHIN, B. Olatunji. A política e o nacionalismo africanos, 1919-1935. In: BOAHEN, Albert Adu. *História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935*. Brasília: UNESCO, 2010.
- OZWORLD, Leybnyz. Comunicado do Secretário Geral da Liga Da Mulher Angolana-LIMA. UNITABRUXELAS. [S.I.]. 2021. Disponível em: <<https://unitabruxelas.eu/comunicado-do-secretariado-geral-da-liga-da-mulher-a-ngolana-lima/>>
- PAIVA, Felipe. O conceito da resistência na África colonial: recompondo um paradigma. *Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História*, v. 26, p. 1-16, 2019.
- PAREDES, Margarida. Deolinda Rodrigues, da família Metodista à família MPLA, o papel da cultura na política. *Cadernos de Estudos Africanos*, n. 20, p. 11-26, 2010.
- _____. *Combater duas vezes: Mulheres na Luta Armada em Angola*. Vila do Conde, Portugal: Verso da História, 2015.
- PHALANE, Manthiba. “Localizar o gênero no discurso do desenvolvimento”. In: HOUNTONDJI, Paulin J. (Org). *O Antigo e o Moderno: a produção do saber na África contemporânea*. Mangualde; Luanda: Edições Pedagogo; Edições Mulemba, 2014.
- POTASH, Betty. “*Las Relaciones entre los Géneros en Africa Sub-Sahariana*”. In: *Especios y Travesías (Antropología y Mujer en los 90)*, ISIS Internacional, Ediciones de las Mujeres, Nº 16, Santiago de Chile, 1992, pp. 125-147 e 162-169.
- RANGER, Terence O. Iniciativas e resistência africanas em face da partilha e da conquista. In: BOAHEN, Albert Adu. *História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935*. Brasília: UNESCO, 2010.
- RÉVILLION, Anya Sartori Piatnicki. A utilização de pesquisas exploratórias na área de marketing. *Revista Interdisciplinar de Marketing*, v. 2, n. 2, p. 21-37, 2003.
- ROCHA, Júlia Tainá Monticeli. “A libertação da mulher é uma necessidade da revolução”: da organização da mulher angolana à organização da mulher moçambicana (1961-1975). *Cadernos de África Contemporânea*, v. 3, n. 5, 2020.
- SANTANA, Jacimara Souza. A participação das mulheres na luta de libertação nacional de Moçambique em notícias (Revista Tempo 1975-1985). *Sankofa (São Paulo)*, v. 2, n. 4, p. 67-87, 2009.
- SELEM, Maria Célia Orlato. Quem é essa mulher? lugares e sujeitos do feminismo. *Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero*, v. 7, 2006.

- SERRANO, Carlos. **Angola Nascimento de uma Nação:** Um estudo sobre a construção da Identidade Nacional. Luanda: Lito-Cor, 2008.
- SILVA, Zoraide Portela. Guerra colonial e independência de Angola: O fim da guerra não é o fim da guerra. **Revista TransVersos**, v. 7, n. 7, p. 154-184, 2016.
- SOUZA, Larissa. Militância, escrita e vida: a poesia de Deolinda Rodrigues. **Cadernos Pagu**, 2017.
- SOUZA, Maria Salete Daros de et al. Cabe o amor no relato da guerra?: **testemunhos femininos e o atlântico pós-colonial**. 2015.
- TEDESCHI, Losandro Antônio. O fazer histórico e a invisibilidade da mulher DOI10.5216/o.v7i9.9347. **OP SIS**, v. 7, n. 9, p. 329-340, 2007.
- WELCOME TO ANGOLA. **Largo das Heroínas. Luanda**. [2019?]. Disponível em: <<https://welcometoangola.co.ao/directorio/largo-das-heroinas/>>
- WIKIPÉDIA. **Lucio Lara**. [S.I.] [2022?]. Disponível em:<[Lúcio Lara – Wikipédia, a enciclopédia livre \(wikipedia.org\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lúcio_Lara_-_Wikipédia,_a_encyclópédia_livre_(wikipedia.org))>
- _____. **Frente Nacional de Libertação de Angola**. [S.I] 2021. Disponível em:https://pt.wikipedia.org/wiki/Frente_Nacional_de_Libertação_de_Angola#cite_note-4
- WHEELER, Douglas; PÉLISSIER, René. História de Angola. Lisboa: Tinta-da-china, 2011.